

Património e desenvolvimento: A propósito do debate da Guia e mais além

*Ivo Carneiro de Sousa**

Nestes últimos meses, um importante debate concreto sobre a preservação do património cultural de Macau foi mobilizando tanto associações locais quanto vários investigadores e agentes culturais, instalando-se na imprensa e multiplicando-se em comentários, opiniões e impressões muitas. O caso é sobejamente conhecido e radicava na possibilidade de erecção de dois grandes edifícios da ordem da centena de metros no sopé da elevação da Guia, obstruindo a fruição visual do conjunto patrimonial reunindo a fortaleza, a capela e o farol que organizam o nome da colina. Trata-se, como se sabe, de edifícios históricos que integram a lista de vinte e cinco sítios classificada em 2005 pela UNESCO como património mundial. Outros problemas deste tipo parece perfilarem-se no horizonte, circulando algumas notícias, ainda que vagas, sobre a edificação de uma outra torre na área traseira da fachada da igreja jesuíta da Madre de Deus — normalmente conhecida (mal) por «S. Paulo» — alterando o enquadramento visual desta sorte do *ex-libris* da cidade. Apesar da candidatura de Macau à prestigiada classificação de Património Mundial da UNESCO ter optado por se apresentar originalmente apenas, literalmente, como «os monumentos históricos de Macau (the Historic Monuments of Macao)», uma recomendação do ICOMOS¹ sugeriu tratar o conjunto enquanto «centro histórico de Macau (the historic centre of Macao)», assim sublinhando as conexões e funções estruturantes do conjunto classificado na estruturação do urbanismo histórico da cidade. Esta recomendação tem vindo a ser actualmente seguida, arrolando-se tão abundante quanto repetitiva propaganda turística destacando a especificidade

* Ivo Carneiro de Sousa é Doutor em Cultura Portuguesa (1992) e Agregado em História (1999), sendo Professor no Instituto Inter-Universitário de Macau, co-coordenando o Mestrado em Estudos de História e do Património e o Centro de Estudos de História e do Património (Centre For History and Heritage Studies — CHERISH). Agradeço à minha colega Professora Isabel Morais (IIUM) os comentários, sugestões e correcções oferecidos sobre este artigo.

¹ O Conselho Internacional de Monumentos e Lugares (ICOMOS) é uma organização internacional não-governmental que, reunindo vários especialistas, se dedica à preservação de monumentos e locais históricos a nível mundial, aconselhando a UNESCO.

histórica e cultural deste «centro histórico» que, apesar de não se encontrar rigorosamente definido espacialmente, se insiste também em perspectivar com algumas ideias muito gerais e, por isso, despidas de conteúdo qualificante, em torno dessa vetusta ideia demoradamente agitada pela ciência colonial portuguesa de apresentar Macau como cidade do encontro Ocidente/Oriente².

Não é este o espaço adequado para discutir cientificamente as disfunções epistemológicas destas ideias essencialistas até porque existe nos dias de hoje uma generosa literatura da especialidade que, em várias áreas das ciências sociais, da historiografia e da economia, foi dissolvendo as perspectivas eurocêntricas vazadas nos conceitos de oriente e orientalismo, impondo uma longa revolução crítica que se pode começar por filiar com vantagens na publicação dessa obra referencial que continua a ser *Orientalismo*, do falecido intelectual e académico palestino Edward Said³. Mais recentemente, obras fundamentais como *Re-Orient*, de Andre Gunder Frank⁴ ou, ainda mais especializadamente, o bem conseguido estudo de Keneth Pomeranz sobre os papéis históricos da Europa e da China na formação da moderna economia-mundo⁵, somaram-se a muitos outros títulos que não permitem mais confiar sossegadamente nessa tranquila forma de encarar a história mundial como uma invenção da «civilização» europeia que teria dominado sem retorno o orbe a partir dessa «Idade dos Descobrimentos» ensinada com as viagens fundacionais de Cristóvão Colombo em direcção às Antilhas, em 1492, e da chegada marítima à Índia da expedição dirigida por Vasco da Gama, em 1498. Os próprios conceitos reitores dessa sorte de túnel da história balizado pela supremacia europeia encontram-se em muito rápida revisão⁶, ao mesmo

² Veja-se, por todos, a obra fundamental deste modelo de interpretação em JESUS, Carlos Montalto de — *Macau Histórico*. Macau: Livros do Oriente, 1990.

³ SAID, Edward W. — *Orientalism. Western Conceptions of the Oriente*. New York: Routledge, 1978.

⁴ FRANK, Andre Gunder. — *Re-Orient, Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

⁵ POMERANZ, Kenneth — *The Great Divergence: Europe, China, and the Making of the Modern World*. Princeton-Oxford: Princeton University Press, 2000.

⁶ Vejam-se, entre outras, as obras referenciais de BLAUT, J. M. — *The Colonizer's Model of the World. Geographical diffusionism and Eurocentric History*. New York — London: the Guilford Press, 1993; BLAUT, J. M. — *Eight Eurocentric Historians*. New York — London: the Guilford Press, 2000.

tempo que se refazem novos consensos científicos, sendo um dos mais importantes aquele que situa a descontinuidade nas relações económicas globais apenas no século XIX quando o colonialismo e o imperialismo europeus se conseguiram também impor às economias e sociedades asiáticas⁷.

Infelizmente, a renovação de conceitos, problemáticas e mesmo metódicas não têm ainda chegado aos principais temas da história de Macau. São mais do que fragmentárias as investigações sobre as principais fundações das estruturas de longa duração do enclave — dos indicadores económicos aos jogos da estamentação social —, mostrando-se igualmente limitada e recorrente a perspectivação da história dos elementos fundamentais da própria vida material da cidade. Sabe-se muito pouco sobre sistemas de transportes como se desconhecem as morfologias da acumulação do capital ou da divisão social do trabalho, ignoram-se os temas energéticos, tanto como se olvidam estruturas demográficas, parentais e familiares, enformando uma quase dramática colecção de desconhecimentos em que sobram em narrativas essencialistas o que falta em densidade científica. Estas ignorâncias incluem igualmente a história do património de Macau. O património de hoje, mesmo esse pequeno grupo de vinte e três monumentos e duas praças gerando esse «centro histórico» de mundial expressão, não é o resultado de qualquer dádiva «natural» e, muito menos, «essencial». Pelo contrário, o património histórico macaense expressa os resultados complexos de um demorado processo histórico, alargando-se das estratégias de poder às especializações ainda mais complicadas das representações de identidades. Por isso, o património histórico de Macau é um conjunto de espaços e tempos sublinhando os aspectos mais visíveis de uma longa sobrevivência de um enclave peculiarmente negociado entre ofensivas e dificuldades coloniais, entre controlo sínico e intermediação sócio-económica, entre crises e desenvolvimentos ou entre emigrações e transculturações. O património de Macau é o resultado de um processo. Mas é o património histórico de Macau «para o bem e para o mal», pelo que fragmentá-lo em identidades assimétricas e espaços de diversidade «étnica» não é mais do que o primeiro passo para não compreender minimamente o que é verdadeiramente mais importante: o estudo do processo.

⁷ SOUSA, Ivo Carneiro de — *A Ásia e a Europa na formação da Economia-mundo e da globalização: trajetórias e debates historiográficos*. Macau. "Revista da Cultura", 9 (2004).

I. O património de Macau como campo de investigação multidisciplinar

Estas considerações prévias afiguram-se indispensáveis quando o debate sobre o património histórico e cultural de Macau se começa auspiciosamente a alargar a novos intervenientes e aparecem as primeiras tentativas sérias de discutir esse seu coração mais palpitante formado pelo conjunto de vinte e cinco sítios classificados pela UNESCO como parte do património da humanidade. Recentemente, um artigo publicado nesta mesma revista, da autoria de Leong Kam Man e de Lo Iat Tim, tratava de avaliar este pequeno grupo de monumentos quase exclusivamente a partir de uma simples análise quantitativa⁸. Os resultados eram mais do que esperados. Assim, os autores começam por sublinhar o contraste entre a população local de mais de 95% de «chineses de sangue chinês» e um «centro histórico de Macau» formado por «mais de 25 monumentos históricos e praças públicas, dos quais 20 lugares pertencem à arquitectura ocidental que foram construídos pelos portugueses, nos últimos 4 séculos e só apenas 5 lugares são construções típicas do Sul da China, com particularidades culturais chinesas» (p. 1055). Em bom rigor histórico, os edifícios públicos e privados erguidos em Macau ao longo da presença comercial e colonial portuguesa foram sempre construídos por trabalhadores e operários chineses, a partir de uma divisão de trabalho conhecido que afastava mercadores portugueses e euro-asiáticos de quase todo o tipo de produção proto-industrial, da simples confecção de pão aos trabalhos industriais mais pesados. O trabalho do proletariado chinês ergueu também esses templos e edifícios de prestígio agregando-lhes marcas, símbolos e influências vindas das culturas arquitectónicas chinesas. Um processo que importava investigar com mais profundidade.

Ultrapassando algumas considerações sem fundamentação histórica e agitando periodização geralmente errada sobre os problemas complexos da identidade e da emigração, os nossos autores voltam a sublinhar que 80% dos «pontos» classificados como património mundial «são construções ocidentais e as chinesas não têm mais do que um papel de figurante na lista toda» (p. 1058). Vários quadros organizam a distribuição estatís-

⁸ MAN, Leong Kam & TIM, Lo Iat — *Algumas reflexões sobre a política cultural, após a bem sucedida inscrição de “O Centro Histórico de Macau”, na Lista do Património Mundial da UNESCO*, in: ‘Administração’, vol. XIX, 2006-3.º, 1055-1072.

tica desta dispersão da muita pequena parte do património histórico de Macau, classificado como «mundial», sublinhando o contraste entre esses 80% de monumentos «ocidentais» e a percentagem de «95,6% da população chinesa de Macau que é a predominante» (p. 1060). Uma verificação absolutamente óbvia e que não deixa naturalmente de gerar problemas na promoção do chamado «Centro Histórico de Macau, Património Mundial».

Tratam, em seguida, os dois investigadores de analisar estes pontos do centro histórico, seguindo a sua distribuição «do ponto de vista religioso». Outro resultado que se adivinhava: «os pontos que representam o cristianismo são muito superiores aos pontos do budismo no seu sentido lato, dos quais só os lugares ligados ao catolicismo representam 40%» (p. 1062) Nova consideração demográfica «os budistas que dizem atingir 80% da população só possuem 12% na lista. Em contraste, os católicos que representam 5,74% da população de Macau, ocupam 44% na lista. Trata-se de outra contradição entre os pontos do Centro Histórico de Macau, Património Mundial e a população de Macau» (1064). Esta linha de discriminação estatística de um limitado conjunto de dados conclui-se destacando que «a lista do Património Mundial de Macau, além de dar um peso demasiado grande ao Ocidente e ao catolicismo, encerrando em si um certo sabor a ‘nobreza intelectual’, para a generalidade dos cidadãos, a ‘primeira Universidade Ocidental do Extremo Oriente’, a ‘primeira instituição de bem-estar social do Extremo Oriente’ e o ‘primeiro hospital ocidental do Extremo Oriente’, não são objecto da sua preocupação, muito menos tornados em objecto da sua identificação» (1067). Apesar de algumas propostas sugestivas e de uma tentativa de análise do património de Macau com algum interesse, este estudo merece debate científico mais qualificado, sobretudo porque se situa numa perspectiva com algum eco entre os meios intelectuais locais em que é comum fazerem-se distinções, fracturas e divisões num património que, afinal, na sua diversidade é o património de Macau. O que existe. O que se procura preservar. O que se procura alargar. O resultado de um demorado processo histórico com os seus poderes e dominações, misérias e explorações, sobrevivências e desenvolvimentos.

Para se discutir com seriedade a investigação saudavelmente polémica de Leng Kam Man e Lot Iat Tim, importa começar por se sublinhar que o património não é uma ciência, ainda menos uma qualquer ciência «exacta» de cartesiana metodologia matemática. Mais ainda, em ciências

sociais, as metodologias quantitativas encontram-se geralmente reservadas para facilitar a investigação de grandes séries de dados, sobretudo de dimensão estrutural: preços, capitais, investimentos, demografias e todo o tipo de dados densos e repetitivos em que a aplicação de metódicas quantitativas permite desfibrar tendências estruturais e conjunturais. A aplicação das metodologias quantitativas aos universos das culturas, das mentalidades ou até do património mostra-se um exercício tantas vezes ineficaz quanto profundamente enganador. Comparar, apenas em termos quantitativos, por exemplo, todos os escritores chineses que publicaram livros no século XIX ou XX, pode pura e simplesmente conduzir a minorizar os grandes autores e as grandes obras, verdadeiramente influentes em termos políticos, sociais e culturais, em favor de «escritores menores» — mas nem por isso menos «importantes» — que foram somente mais prolixos, conquanto muito pouco lidos e ainda menos escutados. Investigar vinte e cinco sítios do património de Macau classificados pela UNESCO como património da humanidade exclusivamente com métodos quantitativos, não apenas exagera a dimensão representativa de uma série curta e, em rigor, pouco representativa dos patrimónios populares, como também se presta a destacar conclusões absolutamente erradas. Por exemplo, apresentar o único sítio oriundo da presença protestante em Macau — a capela e cemitério originalmente ligada à circulação da Companhia e dos primeiros pastores anglicanos como Robert Morrison⁹ — a «valer» 4% do «total» do património, é tão excessivo como pouco representativo de qualquer processo social histórico que, neste caso, remete para a circulação fundamental de capitais da Europa industrial no alargamento dos tratos comerciais de Macau.

Se o objectivo do artigo de Kam Man e Lot Iat Tim era o de demonstrar que a série mesma de monumentos do património mundial é ela própria «curta» e com evidentes problemas de representação social e cultural, aqui sim o consenso deverá ser mais do que geral. Com efeito, os monumentos (ou será mesmo «pontos»?) que formam o conjunto classi-

⁹ Robert Morrison (1782-1834) foi um dos primeiros missionários Protestantes na China, sendo autor da primeira tradução da Bíblia para Chinês. Em Macau, exerceu funções de tradutor para a Companhia Britânica das Índias Orientais e fundou, em 1818, um Colégio Anglo-Chinês que veio a ser conhecido como Ying Wa College. Encontra-se sepultado no Cemitério Protestante de Macau, sítio que também integra a lista classificada pela UNESCO como património mundial.

ficado como património mundial dificilmente expressam um «centro histórico de Macau», até porque historicamente no enclave sempre conviveram diferentes centros cívicos, sociais, culturais e simbólicos. Aos edifícios e espaços de influência europeia, sobretudo «portuguesa»¹⁰, haveriam de somar muitos outros edifícios e espaços, já públicos, já privados, de funda influência cultural e simbólica chinesa vinculados tanto às culturas do Delta do Rio da Pérola, como ainda a muitas populações marítimas chinesas em agitada circulação entre os mares do Sul da China e o Sudeste Asiático. Que estes espaços se encontram pouco estudados, preservados e mobilizados, enquanto também património cultural da Região Administrativa Especial de Macau, isso parece hoje indiscutível. Na verdade, Macau é um complexo espaço de demorados equilíbrios e negociações entre diferentes estratégias de poder e de dominação social. O predomínio desses tais 80% de monumentos de matriz europeia — apesar de convocarem também muitas gramáticas culturais locais e regionais — remete para um longo processo de avanços e recuos de uma presença portuguesa e euro-asiática que procurou também, sobretudo desde a segunda metade do século XIX, assumir-se como colonial tentando seguir — nem sempre com «sucesso» e com muito pouco apoio social local — as grandes estratégias económicas e ideologias «civilizacionais» do colonialismo europeu oitocentista, precisamente o movimento que actualmente a historiografia da especialidade destaca como responsável pela definitiva contracção da posição até então central da economia-mundo chinesa nos jogos das trocas do sistema mundial.

Recorde-se que, entre 1840 e 1920, descobrem-se oito intensas décadas de ofensiva colonial portuguesa que mudaram também sem retorno o património histórico de Macau. Escrutinando apenas os espaços monumentais de produção católica encontram-se alterações e perdas profundas. Desapareceu o antigo convento de S. Francisco de Macau, foi destruído o mosteiro de S. Clara — a única experiência religiosa feminina católica até à entrada das Canossianas — demoliram-se as capelas dos Passos da Paixão, junto à igreja de S. Lourenço, deixou de existir a igreja da Misericórdia, destruíram-se dezenas de capelas, cruzeiros, votos e muitas

¹⁰ WONG, Shiu Kuan — *Macau Architecture an Integrate of Chinese and Portuguese Influences*, *Departament of Architecture*, Hong Kong University. 1968-69; COSTA, Maria de Lurdes Rodrigues — “História da Arquitectura de Macau”. Macau, *Revista da Cultura*, 34, (II série), Janeiro/Março (1998).

«alminhas». Perdeu-se para sempre parte importante da dimensão local e popular da comunidade minoritária católica de Macau. O mesmo foi acontecendo dramaticamente entre o património edificado de matriz chinesa. A casa e o complexo de edifícios do mandarim chinês da alfândega — o célebre Hopu — foram destruídos, templos desapareceram, bazares demoliram-se, cemitérios, foram violados, pequenos santuários perderam-se, casas tradicionais ruíram para sempre. Mais ainda, formas tradicionais de trabalho artesanal não resistiram aos ventos da primeira industrialização: desapareceram as proto-indústrias da panificação, os vendedores itinerantes de água, chá e verduras, a cidade deixou de ser percorrida por muitos outros vendilhões, extinguiu-se o sistema de cartazes e bandeiras que organizava o anúncio comercial, foi morrendo tanto a festa como os artistas de rua... Uma ofensiva colonial e «desenvolvimentista» que, a ocorrer nos dias de hoje, teria gerado a mais viva contestação e indignação...

Uma sorte de lição de oitenta anos que autoriza a perceber que as nossas preocupações actuais de preservação e protecção do património cultural histórico organizam uma exigência muito recente. Uma exigência que, porém, ainda se espalhou socialmente, da mesma forma que não se fixou definitivamente nas estratégias de ensino e investigação. Em rigor, o estudo do património só se consegue desenvolver com programas e acções multidisciplinares: às ciências e técnicas do património, largamente debruçadas sobre a conservação e o restauro, interessa associar a investigação científica das várias ciências sociais que, da etnografia à história, da sociologia à antropologia, esclarecem contextos, sentidos e funções do património. Abordar o património a partir de um monismo disciplinar ou técnico pode mesmo ser mais do que contraproducente: estratégias exclusivamente *conservacionistas*, apostadas em preservar qualquer edifício antigo ou em multiplicar museus e monumentos públicos, esquecem frequentemente a dimensão social e económica que deve também ter o património, para além de entregarem aos orçamentos públicos a conservação e gestão geralmente dispendiosas destes espaços. No lado oposto, descobre-se essa atitude quase generalizada e popular, entendendo que velhos edifícios e espaços devem ser sempre substituídos por modernas facilidades, longe de qualquer esforço de reabilitação ou de reutilização, porventura mais económicas e culturalmente mais interessantes. Um verdadeiro debate entre o *novo* e o *antigo* que ganhou nestes últimos meses em Macau «um» protagonista: a Guia.

II. O património concreto: o caso da Guia

O património de Macau — todo o património histórico e cultural de Macau — ganhou — e muito — com a classificação pela UNESCO desses 25 sítios agora consagrados como património mundial. O debate que foi crescendo em torno da protecção visual de um desses sítios — a fortaleza, capela e farol da Guia — é tão saudável como oportuno. Trata-se de um caso paradigmático e, por isso, um relevante *case study*, acerca das relações gerais entre património e desenvolvimento, sendo também responsabilidade da investigação científica instalada em Macau participar neste debate com perspectivas ditadas pelas lições das ciências sociais que se dirigem para os estudos do património. Comece por recordar-se neste apartado que a fortaleza da Guia foi erguida entre 1622 e 1638, para se transformar num dos principais elementos da defesa marítima da cidade¹¹. Neste mesmo período foi levantada a capela dedicada a Nossa Senhora, pequeno espaço cultural ao serviço da guarnição militar, decorado com pinturas espalhadas pelas paredes e pelo tecto que, ao gosto barroco seiscentista, oferecem lições iconográficas marianas, cristológicas e bíblicas¹². A estes edifícios históricos juntou-se desde 1864 o mais antigo farol construído nas costas marítimas da China¹³. Destruído por violento tufão em 1874, o farol voltou a guiar os tráficos marítimos regionais em 1910, impondo-se como uma sorte de outro *ex-libris* das culturas de Macau na encruzilhada de vários itinerários e influências populacionais, culturais e religiosas.

Ao mesmo tempo, o conjunto que se centra no altivo farol da Guia organiza tanto a localização geográfica de Macau, quanto concorre para a integração de vários espaços urbanos que intercomunicam e observam o património da colina. Somam-se ao património edificado e à ordem es-

¹¹ Uma lápide encontrada à entrada da Fortaleza apresenta uma inscrição indicando que a sua construção foi financiada pelos *cidadãos* de Macau, uma categorização que correspondia genericamente aos representantes da burguesia comercial que formam o estreito corpo eleitoral que elegia o Leal Senado. Os trabalhos de construção foram concluídos em Março de 1638, quando Domingos da Câmara Noronha era o Comandante da Fortaleza.

¹² Os frescos da Capela da Guia pintados por artífices chineses locais ostentam uma interessante combinação harmoniosa de temas bíblicos com representações tipicamente chinesas de leões, nuvens e outros motivos convocados da cultura chinesa.

¹³ O autor do projecto do farol foi o arquitecto natural de Macau, Carlos Vicente da Rocha.

pacial as funções ecológicas e sociais de um espaço que, antes dominado por cemitérios, foi ecologicamente convidando milhares de macaenses para práticas desportivas e de lazer. A possibilidade hoje praticamente afastada de construção de dois grandes *arranha-céus* de altura superior à colina e ao património edificado gerou saudável polémica e alertou para as grandes debilidades no estudo, investigação, gestão e animação do património cultural de Macau, incluindo os sítios classificados como património mundial que, dispersos, não formando rigorosamente um «centro histórico», recebem limitada protecção contra o inevitável crescimento da construção e especulação imobiliárias e comerciais. Mais importante parece ser sublinhar que a defesa do património histórico do conjunto da Guia mobilizou genuína atenção popular e cultural, comprovando que o património de Macau pode e deve ser popularizado, porque se trata indiscutivelmente de um património também social e urbano, independente dos seus itinerários de produção política, cultural e religiosa ou das selectivas opções da dominação sócio-política em preservar ou dissolver lugares importantes da memória da cidade. O exemplo da Guia confronta, assim, senão mesmo invalida, as perspectivas de análise sugeridas pela investigação quantitativa de Leong Kam Man e de Lo Iat Tim: não é qualquer «etnicidade» ou identidade religiosa que discrimina o património de Macau que, ontem como hoje, sobrevive em função de poderes, economias, desenvolvimentos e concorrências. Um património agora obrigado a acomodar-se a uma região especial que vive, felizmente, um extraordinário processo de crescimento económico, em comunicação estreita com o próprio desenvolvimento de um processo voraz de globalização em que os «perdedores» ou, simplesmente, «distráidos» se arriscam a naufragar perdidos entre esquecimento cultural e periferias económicas.

III. O património geral e o desenvolvimento urbano

O chamado debate da Guia e talvez muitos outros que, quase inevitavelmente, se seguirão, abrem oportunidades de investigação séria para se estudarem com mais qualificação e rigor as relações entre património histórico e desenvolvimento urbano. Uma sorte de reedição actual desses eterno e vetusto debate entre *antigos* e *modernos*, provavelmente a dialéctica mais persistente sempre que se procuram terçar armas entre «cultura» e «economia», se quisermos, entre as «letras» e as «ciências». Como em quase todos os processos históricos, depois do afrontamento de perspectivas opostas, abrem-se demorados caminhos de síntese. Essa

outra velha ideia sublinhando que no «meio está a virtude». Colhendo lições deste caso concreto e procurando analisar com esforço científico a estrutura das relações entre património e desenvolvimento, impõem-se sete princípios fundamentais.

1. A relação entre património e desenvolvimento nunca pode ser de oposição e afrontamento

Actualmente, a investigação científica especializada na área dos estudos do património, a somar aos muitos debates sobre a equação património-desenvolvimento que se têm vindo a ampliar em várias antigas cidades asiáticas, destaca que a comunicação entre preservação do património e desenvolvimento urbano vaza-se em confrontação normalmente em torno de uma *área cinzenta* em que se movimentam tanto os investimentos em construção imobiliária, quanto os grandes investimentos em espaços comerciais. Com efeito, a crescente competição e especulação em torno das áreas urbanas mais centrais e o processo complexo de refluxo do pequeno comércio em favor do desenvolvimento de grandes superfícies comerciais, tem vindo a alterar a fisionomia histórica e cultural, mas também social e económica de muitas cidades antigas, ainda mais no mundo asiático definitivamente mobilizado (felizmente...) como agente decisivo na mundialização económica. Grandes empreendimentos habitacionais cruzam-se com o aparecimento de gigantescos edifícios financeiros, de serviços, de escritórios, tantas vezes ligados a poderosas companhias e interesses internacionais. A voracidade deste desenvolvimento transportado pelo crescimento exponencial da globalização de capitais, trabalho e comunicação é praticamente incontornável, vai definitivamente alterar as estruturas fundamentais do urbanismo das grandes cidades, dissolvendo muitos espaços e construções tradicionais, da mesma forma que alterarão sem regresso as estruturas tradicionais da divisão social do trabalho ou as concepções mesmo de trabalho e capital. Ao contrário, os investimentos dos poderes oficiais governamentais e urbanos em construções estatais preferem normalmente usar (e mesmo abusar...) espaços e edifícios com prestígio histórico e patrimonial. De facto, muitos edifícios e agências governamentais têm vindo nas grandes cidades asiáticas a reabilitar vetustos monumentos históricos que, sublinhando a identidade local, se organizam em novas estruturas de serviços e burocracias estatais. Existe, assim, uma nítida diferença entre o entendimento público oficial do papel identitário e prestigiante do património e a enorme pressão dos capi-

tais privados em conquistar para o imobiliário e as grandes superfícies comerciais os corações históricos das cidades metropolitanas históricas. Neste contexto, a pergunta fundamental que se coloca consiste em saber como se pode compatibilizar a preservação do património cultural com um desenvolvimento urbano que não é apenas incontornável, mas também absolutamente decisivo para a participação, com vantagens, das grandes metrópoles asiáticas nos exigentes jogos e mercados ampliados pelo processo de globalização.

2. A estratégia fundamental para evitar o confronto entre conservação do património e desenvolvimento urbano obriga 'apenas' a situar o património no mapa mental de qualquer projecto de desenvolvimento urbano

Não é possível pensar o papel do património histórico e cultural nas estratégias de desenvolvimento económico e urbano como um *a posteriori*. Quer dizer, decidido o desenvolvimento, concretizado através de renovações e actualizações urbanas, estendendo-se da modernização de infra-estruturas à expansão das redes viárias, atraídos investimentos e capitais, fixadas novas companhias, negócios, serviços e empregos, já não sobra qualquer espaço eficaz para integrar o património nos programas de crescimento e desenvolvimento económicos. Pensado apenas no fim, o património histórico e cultural passará apenas a funcionar, na melhor das hipóteses, enquanto decoração para-identitária do processo de crescimento e, mais dramaticamente, como uma colecção de vestígios, fragmentos ou mesmo cacos que é preciso, pelo menos, limpar e varrer com algum afectado decoro. Em rigor, só muito escassa e marginalmente pode o património histórico e cultural ser acomodado no depois dos projectos de desenvolvimento, como um programa posterior. Ao contrário, o património precisa de ser incorporado nas etapas iniciais de planificação e programação do desenvolvimento urbano, seja para sugerir o *design* de um novo edifício numa área arquitectonicamente sensível, seja para organizar o desenvolvimento de um grande projecto imobiliário. Identificado, estudado e organizado o conjunto do património que interessa preservar e animar, enquanto identidade da *polis*, segue-se o trabalho social e culturalmente mais demorado de o socializar e difundir, enquanto lugares da memória da identidade urbana. Trata-se de conseguir transformar o património no verdadeiro *mapa mental* do processo de longa duração da planificação e negociação do desenvolvimento urbano. Um processo que,

no caso de Macau, se encontra infelizmente muito longe de se poder programar. Falta investigação, negociação sócio-cultural, harmonização e, sobretudo, um entendimento partilhado sobre a integração do património simplesmente como parte — mas não a parte dominante, exclusiva e reitera — do desenvolvimento social, económico e cultural da RAEM. Na verdade, caso se validasse o património histórico, enquanto componente singular de todos os programas de desenvolvimento urbano, acabaríamos por transformar cidades históricas exclusivamente em museus cercados entre folclore e antiguidades, limitando drasticamente os espaços económicos, sociais e culturais em que se joga também em concorrência a própria sobrevivência de metrópoles definitivamente obrigadas a viver ao ritmo imposto pelo aceleração do processo de globalização.

3. Em muitas cidades asiáticas em rápido desenvolvimento urbano a aproximação mais imediata à preservação do património tem vindo a concretizar-se em torno de uma limitada noção de ‘fachada’ de dominante produção arquitectónica

Em muitas grandes cidades asiáticas partilhando experiências coloniais importantes, de Manila a Jakarta, de Mumbai a Hanoi, uma solução muito comum, estendendo-se das políticas às técnicas, na ordem da preservação do património cultural e histórico, consiste em entregar, quase com normativa exclusividade, «soluções» à intervenção especializada da arquitectura. Muito frequentemente, mobilizam-se arquitectos, mesmo de ressonância internacional, para organizarem uma preservação «técnica» que, tantas vezes, se limita a preservar/renovar velhas fachadas de edifícios históricos ou a optar por discutíveis soluções pastiche imitando os monumentos históricos em intervenção ou seguindo a leitura imposta pelo contexto edificado. Com muita frequência, estas soluções «técnicas», embora atractivas e «fáceis», limitam-se a «jogar» com as estruturas originais, oferecendo uma alternativa tão fácil quanto pouco inspirada. Trata-se, em rigor, de uma solução ancorada às longas durações de uma história cultural europeia que, desde o Renascimento, foi encontrando, na *imitatio* de motivos clássicos (*imitatio* (em latim) quer dizer imitação) e nessas variadas colecções de estilos neo e retro, a forma dominante de celebrar uma certa ideia de história e património vinculada à noção essencial de que as sociedades europeias e «ocidentais» desenvolvidas, estavam obrigadas a singularizar as suas fundações greco-romanas. Uma cele-

bração pouco compatível com as especificidades do urbanismo e do património históricos de muitas culturas asiáticas habituadas à permanente renovação dos seus edifícios seguindo práticas consuetudinárias, alargando-se entre diversidade cosmológica e alteridade religiosa.

4. Cada geração deve ser convocada para promover, com confiança filosófica, a sua própria visão do desenvolvimento urbano e da preservação do património

A noção de património não pode apenas referir-se indistintamente a edifícios e monumentos antigos. O património é também constituído pelos edifícios e estruturas urbanos que nos encontramos a produzir hoje. Cada geração deve ter, por isso, o direito de imprimir a sua própria marca na produção de património. No entanto, com muita frequência e ainda mais facilidade, desenvolvem-se reacções sociais negativas, perante tudo o que é *novo*. Um grande edifício multiplica trânsitos, ruídos ou, simplesmente, afecta «direitos» adquiridos de fruição visual. Um grande complexo comercial pode perturbar radicalmente o mais pacífico e sossegado dos bairros. A construção de uma estrada, ponte ou viaduto absolutamente essenciais para a renovação da economia e sociedade urbanas, pode mobilizar as mais vividas oposições. Ampliam frequentemente estas perturbações todas aquelas que são mais indistintamente ditadas pelo que se designa pedestremente por «gosto». No entanto, não se afigura fácil justificar socialmente porque se *gosta* ou *odeia* uma construção nova: quantas pessoas em Macau conseguem discutir qualificadamente os méritos ou disfunções de um determinado edifício? Seria mesmo interessante especular se hoje nos oporíamos a construções que frequentamos como património. Mais provocatoriamente, convocando um exemplo maior do desenvolvimento urbano de Macau na última década, será que deveríamos desmantelar a *Torre de Macau* apenas porque não faz parte do que normativamente se agita como património histórico? Apenas porque alguma coisa é *nova* isso não significa que não tenha quaisquer méritos históricos, nomeadamente contemporâneos, ou um valor de património. Em rigor, os edifícios e construções históricos que agora visitamos, enquanto património, tiveram também a sua contemporaneidade, foram também *novos* edifícios que, em muito casos, geraram tanta estupefacção, como oposição a gentes e grupos sociais do passado.

5. A agitação do património exclusivamente como arma política raramente ajuda a proteger o património histórico e cultural

Não deixe também de se sublinhar que alguns grupos e agentes se mobilizam em torno da defesa de um sítio ou edifício com valor histórico e patrimonial, sobretudo para suportar as suas objecções a um determinado projecto de desenvolvimento, tantas vezes invocando motivos muito distantes dos da defesa do património: a nova construção, por exemplo, bloqueia a vista, incrementa o trânsito ou multiplica o número de vizinhos. Naturalmente, aqueles que promovem programas e projectos de desenvolvimento urbano fundamentais para a qualificação da vida social local e para a sustentabilidade do crescimento económico, encontram nestas objecções feitas em nome do património apenas um entrave ao próprio processo de desenvolvimento. Pior ainda, o uso e abuso do património meramente como arma política, não ajuda a causa do património. Quando grupos e movimentos agitam o património como um valor absoluto, um valor de 100% arremessado contra tudo o que é novo, isto não é mais, em rigor, do que dar 0% de valor ao que se procura defender e preservar. Com efeito, sem referenciar adequadamente a importância relativa de cada aspecto formador do património — arquitectural, arqueológico ou natural — não pode haver nem um correcto julgamento de valor nem, muito menos, um entendimento adequado da importância do património como parte do desenvolvimento da cidade.

6. O debate sobre a comunicação entre património e desenvolvimento continuará instalado na sociedade de Macau enquanto persistir o formidável desenvolvimento económico da região

O debutar das movimentações para a protecção do património de Macau não tem mais do que trinta anos. Percorreu-se ainda um caminho curto, agora definitivamente marcado pela consagração dos 25 sítios classificados pela UNESCO como património mundial. Estamos provavelmente ainda muito longe de debater o problema de uma forma qualificada e madura, limitações que tantas vezes ressaltam dessa perspectiva comum de discutir património *ou* desenvolvimento. Deve sugerir-se, pelo contrário, um diálogo entre as duas componentes assentando na concertação de políticas, projectos e práticas. Começando simplesmente por

mobilizar o património enquanto parte — mas não a única parte — da negociação para o desenvolvimento de Macau. Partilhando um mapa mental do património e usando-o para negociar o desenvolvimento procurando através dele influenciar todos os projectos de desenvolvimento urbano, incluindo os investidores privados que só podem beneficiar em integrar este *mapa mental* nos seus grandes investimentos imobiliários e comerciais. Seja como for, o desenvolvimento económico impõe mudanças, novas soluções e riscos. A questão situa-se mais em saber acomodar o património como parte integrante do próprio desenvolvimento, potenciando mesmo o crescimento também com as diferentes mais-valias geradas pela singularidade patrimonial de Macau. Os lojistas e comerciantes que, antes, protestaram contra o encerramento do tráfico na praça do Leal Senado não multiplicaram, afinal, os seus lucros gerados por uma mais do que agitada circulação diária de muitos milhares de pessoas nesse espaço central urbano?

7. Finalmente, a equação património versus desenvolvimento é também parte da rápida transformação das relações mais complexas entre identidade global/universal e local/particular definitivamente alteradas pela inevitabilidade do processo de globalização

Quais são os significados das transformações económicas globais e locais para o futuro da conservação e mesmo da contestação em torno do património cultural de Macau? Debates e estratégias tenderão a movimentar-se para separar o global e o local, gerando uma renovada definição de património? As definições oficiais de património cultural tornar-se-ão mais diversificadas e inclusivas, procurando abraçar tudo o que é apresentado como significativo para os muitos e variados fragmentos da sociedade local? Trata-se de uma breve mas séria colecção de questões que deve ser investigada e reflectida por toda a sociedade macaense se quisermos que o património cultural sobreviva mais como uma entidade vivida e menos enquanto série de algumas fachadas e monumentos unicamente destinados a servir de cenário para uma rápida fotografia turística de recordações. É, contudo, evidente que a atenção oficial e social pelo património de Macau, encontrou no crescimento do turismo a sua fonte de mobilização fundamental. Trata-se, aliás, de um processo universal. O turismo representa mesmo um dos paradigmas da globalização actual e a

sua progressiva especialização é condição de sobrevivência para os espaços e cidades históricos. É difícil pensar na preservação do património cultural de Macau longe da sua frequência turística e da animação económica que gera. Todavia, também neste domínio muito se encontra por fazer. Os mais de 20 milhões de visitantes recebidos por Macau no ano passado dirigiram-se esmagadoramente para os casinos e os que tiveram algum tempo para fruir a cidade limitaram-se quase sempre a tirar uma rápida fotografia nas escadarias da fachada da igreja da Madre de Deus, da qual guardarão, de resto, outro nome. Muitos dos sítios classificados como património mundial são de acesso complicado, faltam tanto sinalizações como monografias desses locais. Sobra em trânsito o que escasseia em espaços públicos. Faltam equipamentos culturais, tanto como animação programada dos sítios patrimoniais e históricos. E, acima de tudo, não se descobrem programas sérios de investigação e, quando existem, as dificuldades em mobilizar apoios e financiamentos obrigam os mais persistentes especialistas e os mais visionários jovens investigadores a desertar, procurando noutros horizontes económicos o reconhecimento que ainda não existe pelo duro trabalho de investigação científica.

